UNIVERSIDADE ABERTA

www.uab.pt

PÓS-GRADUAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

alv Aprendizagem ao Longo da Vida

HOMOLOGADO | VICE-REITOR
Assinado por : **JOSÉ DAS CANDEIAS MONTES SALES**
Num. de Identificação: 06239625
Data: 2022.06.06 13:53:08+01'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

Coordenador
Fernando Caetano | fernando.caetano@uab.pt

Vice-coordenador
Mário do Carmo | marifcarmo@gmail.com

Contactos para Informações

Unidade para a Aprendizagem ao Longo da Vida [UALV] | alv.info@uab.pt

ÍNDICE

1. Introdução
2. Objetivos
3. Competências
4. Destinatários
5. Condições de Acesso
6. Pré-requisitos para a Frequência do Curso
7. Metodologia de Ensino
8. Estrutura Curricular e Plano de Estudos
9. Unidades Curriculares
10. Avaliação e Classificação Final
11. Diploma
12. Docentes – CV resumido
13. Coordenação do Curso

1. INTRODUÇÃO

Pioneira no ensino superior a distância em Portugal, a Universidade Aberta (UAb), ao longo da sua existência, tem promovido ações relacionadas com a formação superior e a formação contínua, contribuindo igualmente para a divulgação e a expansão da língua e da cultura portuguesas, com especial relevo nos países e comunidades lusófonos.

A UAb tem procurado incentivar a apropriação e a autoconstrução de saberes, concebendo e lecionando cursos de 1.º, 2.º e 3.º ciclos, formando técnicos e docentes, de acordo com uma assumida filosofia de prestação de serviço público.

O ensino a distância é uma modalidade de ensino-aprendizagem que nasceu no final do século XIX, que a rápida evolução das telecomunicações e da informática veio alterar radicalmente, acrescentando novas e importantes potencialidades que fazem dele o regime de ensino do futuro.

Os docentes e investigadores da UAb têm desenvolvido atividades de investigação científica através da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, concebendo e produzindo materiais pedagógicos nas áreas da tecnologia do ensino e da formação a distância e da comunicação educacional multimédia.

A oferta de ações de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) da Universidade Aberta é também suportada na Internet e recorre à plataforma informática Moodle, sendo desenvolvida em regime de ensino a distância online, assíncrono, com tutoria ativa e permanente, através de fóruns de discussão.

É no espaço virtual de formação/aprendizagem da UAb que se vai desenvolver o curso de pós-graduação em Administração e Políticas Públicas, o qual a seguir se apresenta com maior detalhe e que se justifica por três razões principais:

- A renovação recente em curso dos desafios e das abordagens científicas, técnicas e políticas neste domínio do conhecimento e de intervenção;
- O facto de o curso dispor de um núcleo de investigadores de reconhecida competência científica e técnica nesta área, dado o conhecimento acumulado através de atividades de investigação e de intervenção profissional que desenvolveram nas últimas décadas neste domínio;
- A adequação do espaço virtual e metodologias de formação/aprendizagem da UAb a um curso de pós-graduação num domínio cujo público-alvo é, necessariamente,

constituído por profissionais atuantes em diversos territórios geograficamente distantes uns dos outros.

A atual crise veio demonstrar que esses modelos, bem ou mal implementados, falharam na construção de um menor e melhor Estado.

A modernização da Administração Pública só conseguirá atingir os seus objetivos através da formação/valorização profissional, como primeiro estímulo de renovação, absorvendo conhecimentos, competências, atitudes e comportamentos dos seus colaboradores. É fundamental formar e atualizar os recursos humanos, dotá-los de competências, para que sejam agentes facilitadores da mudança necessária.

Importa, pois, compreender, no contexto da presente pós-graduação, a evolução dos modelos de Estado e Administração, as suas configurações e estruturas, bem como os instrumentos de gestão e responsabilização no âmbito do desenho, implementação e avaliação das políticas públicas, procurando identificar os fatores críticos do sucesso e insucesso das reformas atendendo aos seus pressupostos e objetivos.

Acresce, ainda, que o avanço das democracias contemporâneas exige hoje do Estado e da Administração uma nova postura que permita uma maior abertura e participação dos cidadãos e da sociedade na definição e gestão das políticas.

Assim, com esta pós-graduação, pretende-se não só apresentar as reformas e os modelos de administração pública como resposta às carências de qualificação e atualização dos recursos humanos especializados e imbuídos de uma cultura capacitada, mas também e sobretudo acolher as exigências do atual contexto, designadamente ao nível da cidadania ativa, na construção, implementação e avaliação das políticas públicas.

2. OBJETIVOS

- Capacitar dirigentes, técnicos superiores e outros trabalhadores da administração central e local para responderem aos novos desafios que se colocam, como sejam o de compatibilizar a gestão sustentável dos recursos humanos e a mitigação e adaptação aos novos conceitos de modernização e reforma administrativa;
- Proporcionar um conhecimento abrangente e compreensivo dos fatores socioeconómicos de transformação da reforma e modernização da administração pública, no contexto das dinâmicas territoriais globais das regiões em que se

inserem, propiciando aos profissionais um perfil crítico e inovador para atuarem em questões relativas ao exercício de uma cidadania ativa;

- Concretizar uma formação profissionalizante, proporcionando aos formandos a aquisição de metodologias ligadas à formulação, planeamento, gestão, acompanhamento e avaliação de programas e projetos de administração pública;
- Capacitar os formandos para a elaboração de projetos de investigação aplicada e de relatórios técnicos de natureza extensiva ou monográficos.

3. COMPETÊNCIAS

No final da pós-graduação, os formandos devem ter adquirido conhecimentos e desenvolvido capacidades que os habilitem a:

- Conhecer os conceitos básicos de administração e de políticas públicas no contexto da União Europeia e da Globalização, compreendendo a evolução destas últimas;
- Identificar e utilizar metodologias de planeamento necessárias ao diagnóstico dos diversos modelos de administração supranacionais, mobilizando os conhecimentos e os instrumentos metodológicos necessários ao estudo multidisciplinar da administração pública;
- Produzir análises estratégicas da Sociedade e Administração Pública;
- Identificar e utilizar as teorias e paradigmas das Ciências da Administração;
- Conhecer o Regime jurídico na Administração Pública;
- Compreender a Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional;
- Conhecer a organização do Estado e os processos de tomada de decisão;
- Conhecer as Finanças e Contabilidade Pública;
- Compreender a Reforma e Modernização Administrativa em Portugal, fundamentando as opções entre as diversas possíveis óticas, técnicas e métodos analíticos.

4. DESTINATÁRIOS

O Curso destina-se prioritariamente a dirigentes, técnicos superiores da administração pública e outras pessoas candidatas a cargos públicos especialmente interessadas nestas áreas do conhecimento e de intervenção.

5. CONDIÇÕES DE ACESSO

Este curso rege-se pelo Regulamento da oferta educativa da Universidade Aberta.

Podem candidatar-se a este curso de Pós-Graduação:

a) as/os titulares do grau de licenciado ou equivalente legal;

b) as/os titulares de um grau académico superior, obtido no estrangeiro, que tenha sido conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos, organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha, por um Estado aderente a este Processo;

c) as/os titulares de um grau académico superior obtido no estrangeiro que seja reconhecido, pelo Conselho Científico da UAb, como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado.;

d) as/os detentoras/es de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido pelo Conselho Científico da Universidade Aberta como satisfazendo os objetivos e as capacidades necessárias para a realização deste ciclo de estudos.

6. PRÉ-REQUISITOS PARA A FREQUÊNCIA DO CURSO

Tratando-se de um curso de ensino a distância na modalidade de e-learning, a sua frequência exige que as/os candidatas/os tenham acesso a computador com ligação à Internet e possuam conhecimentos de informática, na ótica do utilizador, incluindo de navegação na Internet.

[É também aconselhável a competência de leitura de textos em língua inglesa.]

7. METODOLOGIA DE ENSINO

As atividades de ensino-aprendizagem são realizadas em regime de ensino a distância, em ambiente completamente virtual com recurso a uma plataforma de e-learning. O primeiro semestre é antecedido por um módulo inicial de Ambientação Online com a duração de uma semana, com o objetivo de permitir que as/os estudantes se familiarizem com o ambiente de trabalho da PlataformAbERTA da Universidade Aberta e adquiram competências fundamentais de comunicação online e competências sociais necessárias à construção de uma comunidade de aprendizagem virtual.

Na Pós-Graduação em Administração e Políticas Públicas é adotado o Modelo Pedagógico Virtual da Universidade Aberta, para o 2.º ciclo de estudos superiores. Este modelo orienta-se pelos seguintes princípios:

- Ensino centrado no estudante, o que significa que ele é ativo e responsável pela construção de conhecimento.
- Ensino baseado na flexibilidade de acesso à aprendizagem (conteúdos e atividades), o que significa a ausência de imperativos temporais ou espaciais. Este princípio concretiza-se na primazia da comunicação assíncrona, o que permite a não-coincidência de espaço e não-coincidência de tempo, já que a comunicação e a interação se processam à medida que é conveniente para o estudante, possibilitando-lhe tempo para ler, processar a informação, refletir, dialogar e interagir.
- Ensino baseado na interação diversificada quer entre estudante-docente quer entre estudante-estudante, quer ainda entre o estudante e os recursos. Este princípio concretiza-se em dispositivos de comunicação variados que o docente planeia e concebe de acordo com a sua estratégia pedagógica.
- Ensino promotor de inclusão digital, entendida como a facilitação da utilização das Tecnologias de Informação e da Comunicação, como também o desenvolvimento de competências para a análise e produção de informação digital. Estes princípios são implementados com recurso a dois elementos fundamentais no processo de aprendizagem:

A Classe Virtual – A/O estudante integra uma turma virtual onde têm acesso as/os professoras/es do Curso e as/os restantes estudantes. As atividades de aprendizagem ocorrem neste espaço e são realizadas online, agregando uma série de recursos, distribuídos por diversos momentos de trabalho coletivo e pela interação entre professor(a)-estudante e estudante-estudante. A comunicação é essencialmente assíncrona e, por isso, baseada na escrita. No processo de aprendizagem, e quando se justifique, podem ainda ser utilizados instrumentos de comunicação síncrona, como a videoconferência, com recurso à plataforma Colibri.

O Contrato de Aprendizagem – O/A professor(a) de cada unidade curricular propõe à turma um contrato de aprendizagem, no qual está definido um percurso de trabalho para o semestre letivo, apoiando-se na autoaprendizagem e na aprendizagem colaborativa

entre estudantes. Com base nos materiais de aprendizagem disponibilizados ou indicados na bibliografia, o/a professor(a) da unidade curricular organiza e delimita os períodos de autoaprendizagem e reflexão individual, os quais são seguidos pela realização de atividades e períodos de interação diversificada na turma virtual.

8. ESTRUTURA CURRICULAR E PLANO DE ESTUDOS

O Curso de Pós-Graduação em Administração e Políticas Públicas (30 ECTS) está estruturado em dois semestres letivos com 8 unidades curriculares (UC) obrigatórias, precedidas do módulo Integração e Ambientação ao Contexto do e-learning, com os conteúdos específicos que a seguir se indicam.

[O formando deve frequentar as 8 UC obrigatórias, para cada semestre, a fim de perfazer um total de 8 UC, ou seja, 30 ECTS.]

1.º SEMESTRE			
UNIDADES CURRICULARES	**TIPO**	**ECTS**	**OBSERVAÇÕES**
Políticas Públicas, Instituições e Partidos | 110 h	Semestral	4,5	Obrigatória
New Public Management e Modelos de Gestão | 85 h	Semestral	3	Obrigatória
Regime Jurídico da Administração Pública Portuguesa | 85 h	Semestral	3	Obrigatória
Políticas Públicas de Governação, Democracia e Globalização | 110 h	Semestral	4,5	Obrigatória
2.º SEMESTRE			
UNIDADES CURRICULARES	**TIPO**	**ECTS**	**OBSERVAÇÕES**
Ética, Deontologia e Políticas Públicas de Gestão de Carreira e Emprego Públicos 1.º Módulo: Ética e Deontologia na AP | 35 h 2.º Módulo: Gestão de Carreira e Emprego Públicos | 50 h	Semestral	3	Obrigatória
Finanças Públicas e Contabilidade Pública | 110 h	Semestral	4,5	Obrigatória
Gestão de Serviços Públicos, Compras e Contratação Públicas | 110 h	Semestral	4,5	Obrigatória
Economia e Políticas Públicas | 85 h	Semestral	3	Obrigatória

MÓDULO: AMBIENTAÇÃO AO CONTEXTO DO E-LEARNING | 16 HORAS

Formador: Coordenação do curso

9. UNIDADES CURRICULARES

1.º SEMESTRE: UNIDADES CURRICULARES

POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E PARTIDOS [110 H | 4,5 ECTS]
DOCENTE: Sandra Cunha (Ph.D)

NEW PUBLIC MANAGEMENT E MODELOS DE GESTÃO [85 H | 3 ECTS]
DOCENTE: Pedro Nunes (Ph.D)

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA [85 H | 3 ECTS]
DOCENTE: José Fontes (Ph.D)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GOVERNAÇÃO, DEMOCRACIA E GLOBALIZAÇÃO
[110 H | 4,5 ECTS]
DOCENTE: Mário do Carmo (PH.D)

2.º SEMESTRE: UNIDADES CURRICULARES

ÉTICA, DEONTOLOGIA E POLITICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DE CARREIRA E EMPREGO PÚBLICOS [85 H| 3 ECTS]
DOCENTE: Mário do Carmo (Ph.D)

1.º Módulo: Ética e Deontologia na Administração Pública [35 h | 1 ECTS]

2.º Módulo: Gestão de Carreira e Emprego Públicos [50 h | 2 ECTS]
DOCENTE: Pedro Nunes (Ph.D)

FINANÇAS PÚBLICAS E CONTABILIDADE PÚBLICA [110 H | 4,5 ECTS]
DOCENTE: Vasco Leite (Ph.D)

GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, COMPRAS E CONTRATAÇÃO PÚBLICAS
[110 H | 4,5 ECTS]
DOCENTE: Isabel Ferreira (Ph.D)

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS [85 H | 3 ECTS]
DOCENTE: Vasco Leite (Ph.D)

10. AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

As unidades curriculares do curso adotam o modelo de avaliação contínua, sendo a classificação final dos formandos o resultado do trabalho desenvolvido ao longo dos trimestres, nomeadamente, a participação nos fóruns e a realização de atividades de

avaliação, designadamente, a elaboração e apresentação de trabalhos individuais e em grupo, com uma ponderação de 60% da nota final. Como regra, cada unidade curricular considera um trabalho final individual, com ponderação não inferior a 40% na classificação final.

A conclusão do curso requer a aprovação em todas as unidades curriculares, com uma classificação igual ou superior a 10 valores, sendo reconhecida com a atribuição de um Diploma de Estudos Pós-Graduados em [nome do curso],

A classificação final será expressa numa escala de 0 a 20 valores e corresponderá à média das classificações em cada unidade curricular, arredondada às unidades.

11. DIPLOMA

Após a conclusão com aproveitamento das unidades curriculares o curso é certificado por um Diploma de Estudos Pós-Graduados em Administração e Políticas Públicas conferido pela Universidade Aberta.

12. DOCENTES – CV RESUMIDO

UNIDADE CURRICULAR	DOCENTE(S)
Políticas Públicas, Instituições e Partidos	Sandra Cunha
Regime Jurídico da Administração Pública Portuguesa	José Fontes
New Public Management e Modelos de Gestão	Pedro Nunes
Políticas Públicas de Governação, Democracia e Globalização	Mário do Carmo
Ética, Deontologia e Politicas Públicas de Gestão de Carreira e Emprego Públicos	Mário do Carmo Pedro Nunes
Finanças Públicas e Contabilidade Pública	Vasco Leite
Gestão de Serviços Públicos, Compras e Contratação Públicas	Isabel Ferreira
Economia e Políticas Públicas	Vasco Leite

COORDENAÇÃO

Fernando Caetano

Docente da Universidade Aberta (UAb), é doutorado (2006) e mestre (1996) em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa e licenciado (1990) em Química Tecnológica, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Portugal. É atualmente o Diretor da Unidade para a Aprendizagem ao Longo da Vida da Universidade Aberta e é membro do Conselho de Gestão da UAb onde também exerceu os cargos de Vice-presidente do Conselho Científico da UAb, Diretor do Departamento de Ciências e Tecnologias (DCeT); foi membro do Conselho Geral, coordenador de cursos de 1.º ciclo e pós-graduação, entre outras.

É membro integrado do Centro de Química Estrutural (CQE) no Instituto Superior Técnico e membro da *International Association for Transport Properties* (IATP), uma associação científica internacional.

Mário do Carmo

Licenciou-se em História (1984), concluiu o mestrado em História Regional e Local (1999) e doutorou-se em História Contemporânea (2006), pela Universidade de Lisboa-Faculdade de Letras. Exerceu funções públicas em vários ministérios e organismos públicos: assessor da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (1988-1998); Diretor Adjunto do Estabelecimento Prisional de Tires (1997-1998) e do Hospital Prisional de Caxias (1999); investigador sabático no INA (2000-2002) e atualmente é investigador no Centro de História da Universidade de Lisboa; coordenador/formador no INA nos cursos de Caça, Desenvolvimento Rural e Turismo da Natureza; Rede Natura 2000. Temas e Problemas do Século XXI. No âmbito das competências do Gabinete de Assuntos Europeus (INA) coordenou uma ação de formação aos técnicos do IFADAP-INGA sobre Políticas de Gestão de Caça (2004);assessor do Diretor-geral das Florestas (2006/2008); assessor no Ministério da Justiça (2008/2009); Secretaria Geral da Educação e Ciência, coordenou projetos de investigação na área dos perfis de competências profissionais e do E-Learning; Universidade Aberta, UALV, coordenou os Cursos de Gestão da Caça e do Espaço Rural e das Doenças das Espécies Cinegéticas: Prevenção e Segurança Alimentar da Universidade Aberta (UAb).

Atualmente é formador na UAb e coordena as Pós-graduações em Gestão Autárquica e Modernização e Administração e Políticas Públicas.

Na atividade privada:

- em regime de acumulação de funções docentes, foi professor na Universidade Moderna (1990-2004) nos cursos de Organização e Gestão de Empresas, Investigação Social Aplicada e Psicopedagogia Curativa; na mesma universidade, coordenou a pós-graduação em Gestão da Caça e Turismo da Natureza (2003--2004).

É autor de diversos trabalhos/artigos científicos na área do mundo rural.

José Fontes

Catedrático (2019) e doutor em Ciências Políticas (2004), mestre em Direito na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas (1998) e licenciado em Direito (1994). Professor Catedrático convidado na Academia Militar. Investigador científico integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas/ISCSP (Universidade Técnica de Lisboa). Investigador do Instituto do Oriente, do CINAMIL – Centro de Investigação da Academia Militar e do Observatório Político – Plataforma de Investigação em Estudos Políticos/ FCSH (Universidade Nova de Lisboa). Eleito Académico Correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa (2011). Diretor do Instituto de Segurança e Defesa. Exerceu as funções de secretário-geral do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Autor de vários livros e artigos designadamente sobre Ciência Política, Direito Constitucional, Administração Pública e Direito Administrativo.

Pedro Nunes

Professor Coordenador com Agregação da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Doutor em Gestão pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE-IUL, Lisboa (2003). Agregado em Ciências Empresariais, especialidade de Gestão, pela Faculdade de Ciências Económicas da UFP, Porto (2013). Mestre em Administração e Planeamento pela UPT – Porto (1995). Licenciatura em Gestão, opção Administração Pública e Autárquica e Curso Superior de Administração Autárquica (1993). Investigador Integrado no CEPESE (Centro Investigação de Economia e Sociedade) da Universidade do Porto e do Applied Management Research Unit (UNIAG). Cargos Exercidos: Presidente do Conselho Coordenador de Avaliação do Pessoal Docente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave; Presidente do Conselho Científico; Presidente do Conselho Pedagógico; Presidente da Comissão de elaboração do Relatório sobre a Implementação do Processo de Bolonha; Diretor da Revista Científica Review of Applied Management Studies – Journal – Elsevier; Membro do Conselho Científico; Membro do Conselho Pedagógico; Diretor

do Departamento de Gestão; Coordenador do Grupo Disciplinar de Economia, Gestão e Administração Pública¸ Presidente da Comissão Especializada de Ciências Económicas e Empresariais do CCISP; Perito e Presidente de Comissões de Avaliação de Ciclos de Estudo (A3ES) desde Maio de 2011; Diretor do Mestrado em Gestão das Organizações; Diretor da Licenciatura em Gestão Pública; Membro de Conselho Científico de revistas científicas nacionais e internacionais; autor de publicações nacionais e internacionais; Membro de júri de dissertações e teses de mestrado e doutoramento; membro de júris de avaliação de capacidade pedagógica e científica de pessoal docente, de provas de especialista e de concursos de pessoal docente.

Vasco Leite

Licenciado em Economia (2003). Doutorado em Economia, com especialização em Economia Regional, pela Universidade do Porto (2010). Atualmente exerce funções na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Região do Norte na Divisão de Desenvolvimento Regional, com competências na programação e avaliação dos Quadros Comunitários de Apoio. É professor convidado do ensino universitário e politécnico desde 2010, sendo membro do editorial da revista científica Geopolitics under Globalization. Tem artigos publicados na revista Portuguese Economic Journal e na Annals of Regional Science, e em capítulos de livros académicos. Investigador em projectos de I&D financiados pela FCT na área das Economias da Aglomeração. Júri de dissertações e de teses de mestrado na Faculdade de Economia do Porto e membro permanente em grupos de acompanhamento relativos à avaliação de políticas no âmbito do Portugal 2020. Colabora ainda na elaboração das revistas trimestrais Norte Conjuntura e Norte Estrutura, editadas pela CCDR-N, as quais retratam a evolução da economia da Região do Norte no curto e no longo prazo.

Sandra Cunha

Professora Adjunta da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Doutora em Ciências da Administração pela Universidade do Minho, Mestre em Estudos Europeus pela Universidade do Minho e licenciada em Administração Pública pela Universidade do Minho. Membro da equipa de investigação do projeto TrivPlat aprovado e financiado pela FCT Ref.ª FCT 031171 (iniciado em 2018) e em parceria com a Universidade do Minho. Membro da equipa de investigação no âmbito do projeto sobre fraude fiscal (parceria entre o IPCA e o OBEGEF). Presidente da Comissão de Prevenção da Corrupção do IPCA; Subdiretora do Curso de Licenciatura em Gestão

Pública do IPCA; Autora de publicações nacionais e internacionais; Membro do Comissão da “Portuguese Association of Information Systems Conference”. Membro do Grupo de Trabalho Plataforma de Avaliação do Ensino à Distância, designado pelo CCISP.

Isabel Ferreira

Professora Adjunta da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Professora Adjunta na Escola Superior de Gestão, do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, onde exerce funções desde 2001, lecionando na área da gestão e administração pública.

Doutor em Tecnologias e Sistemas de Informação, área de especialização governo eletrónico, pela Universidade do Minho, em 2016, com tese intitulada: “Contratos Públicos Eletrónicos orientados ao Valor Público”. É Mestre em Gestão Pública, pela Universidade de Aveiro, com especialidade em “Qualidade Organizacional em Serviços Públicos”. Licenciada em Administração Pública, pela Universidade do Minho.

Colaboradora de investigação no grupo de Sistemas de Informação e Tecnologias para a Transformação de Organizações e Sociedade (ISTTOS), do Centro Algoritmi, da Universidade do Minho.

Membro fundador do AIS Student Chapter da Universidade do Minho. Membro do AIS Português e do AIS. Membro da organização de vários seminários académicos nacionais e conferências, revisor de várias conferências internacionais e revistas.

Tem artigos científicos e comunicações científicas, nacionais e internacionais, na área do governo eletrónico, valor público, compras públicas eletrónicas, metodologias e investigação qualitativa, metodologias ativas de ensino, aprendizagem e investigação.

Diretora da Licenciatura em Gestão Pública. Membro de júri de dissertações e teses de mestrado e outros processos concursais.

Membro do Projeto TrivPlat – ferramenta de monitorização, gestão e avaliação das plataformas de compras públicas. Projeto financiado pelo FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) – Projeto n.º 031171.

13. COORDENAÇÃO DO CURSO

[Fernando Caetano/ Mário do Carmo]

A coordenação do curso é responsável, nomeadamente, por:

a) superintender aos processos de seleção de candidatas/os;

b) coordenar a organização e atualização de um dossier de curso, contendo os dados das/os estudantes inscritos, os Contratos de Aprendizagem das diversas unidades curriculares que compõem o curso e demais documentos inerentes ao seu funcionamento;

c) organizar e dinamizar um módulo de ambientação online para as/os estudantes admitidas/os e que não tenham uma frequência anterior na Universidade;

d) organizar e dinamizar um espaço de socialização online aberto a toda/os as/os estudantes e docentes do curso; este espaço desempenha as funções de local

UNIVERSIDADE
ABERTA
www.uab.pt